



O ministro anunciou reforço de verba já garantida, há 15 dias, pela Direcção-Geral do Tesouro

#### TEXTOS RELACIONADOS

**Maria José Morgado: O preço a pagar será muito elevado**  
**Polícias denunciam dramas pessoais por falta de dinheiro**

Cortes orçamentais

### **Direcção da PJ avisou Governo para a iminente paralisação**

A Direcção da Polícia Judiciária alertou o ministro da Justiça, Alberto Costa, em pelo menos três cartas enviadas na última semana, para a gravidade da situação financeira que se vivia na instituição. O PÚBLICO sabe que os documentos foram exaustivos e davam conta das dívidas acumuladas e da iminência de serem cortados serviços básicos, como as telecomunicações e os combustíveis.

O chefe de gabinete do ministro da Justiça foi também informado recentemente de que a Direcção-Geral do Tesouro, uma entidade externa e dependente do Ministério das Finanças, detectara na instituição uma suborçamentação de 10,3 milhões de euros. No mesmo documento, aquele organismo garantia que seria disponibilizado um milhão de euros para pagamentos urgentes, embora desse conta de que o problema de fundo teria de ser urgentemente resolvido.

Ontem, Alberto Costa, na sequência da ameaça de uma demissão em bloco na direcção da PJ, anunciou o que internamente já se sabia. Que seria disponibilizado o mesmo milhão de euros, enquanto fonte do Ministério da Justiça garantia ao PÚBLICO que o ministro desconheceria a suborçamentação detectada pelo Ministério das Finanças.

Neste momento, e embora o projecto de redução de competência da PJ (ver caixa) tenha sido adiado, o clima na instituição mantém-se muito tenso. Diversos elementos da direcção garantiram ao PÚBLICO não ser possível,

para já, antecipar cenários, preferindo aguardar pelos resultados da reunião do ministro com o director da instituição, Santos Cabral, agendada para a próxima segunda-feira.

### **Ruptura financeira mantém risco de demissão em bloco**

Ainda segundo o PÚBLICO apurou, e ao contrário do que ontem foi veiculado por diversos órgãos de comunicação social, não foi a eventualidade de perda de competências que ditou a ameaça de demissão.

Em primeira linha esteve a grave situação orçamental que já tinha levado, conforme ontem noticiámos, a que diversos responsáveis da PJ assumissem compromissos pessoais com os credores. E também o facto de continuar em risco a manutenção de serviços tão importantes como o abastecimento da frota, as telecomunicações ou mesmo a água e a luz de diversos departamentos, o que implicaria a paralisação das investigações, actualmente já bastante afectadas pela política de austeridade imposta por este Governo.

Na conversa mantida telefonicamente anteontem, entre Santos Cabral e Alberto Costa, terão sido então abordados os dois problemas, e a alteração das competências, por ser uma questão nova, foi o ponto a que foi dado um maior ênfase. Durante o telefonema, o juiz-conselheiro comunicou ao ministro a decisão tomada unanimemente pelos directores: não estariam disponíveis para continuar, num projecto debilitado financeiramente e onde as competências eram alteradas.

No entanto, a reunião de direcção, que chegou a estar marcada para hoje, tinha como ponto único da ordem de trabalhos a análise da situação financeira. O que significa que o adiamento da proposta de transferência dos contactos da Interpol e da Europol, do Ministério da Justiça para o da Administração Interna, não superou a crise actual. Mesmo assim, pode ser entendido como um sinal de que Alberto Costa também não está disposto a ceder às pressões hegemónicas do ministro de Estado e da Administração

Interna. "O relatório da comissão técnica do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) pode apontar soluções, mas é a avaliação política que preside às decisões", sublinhou o ministro da Justiça, Alberto Costa, no Conselho de Ministros.